

OUVINDO NO MANGUE: TERRITÓRIO E VIDA A PARTIR DOS SONS

LUCAS COELHO PEREIRA

RESUMO Neste artigo, uso como caso etnográfico uma situação vivenciada por mim e um amigo caranguejeiro junto a macacos-prego em manguezais da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. Partindo de experiências auditivas implicadas na captura do caranguejo-uçá, reflito sobre o conceito antropológico de território em diálogo: 1) com a noção de paisagem sonora e a crítica elaborada para ela por Tim Ingold; 2) com a categoria de “território pesqueiro”, desenvolvida por movimentos sociais da pesca. Assim, aciono os sons a fim de propor uma abordagem de território fundada nos engajamentos de humanos e não humanos com o ambiente.

PALAVRAS - CHAVE Paisagem Sonora, Território, Manguezal, Caranguejo-uçá.

LISTENING IN THE MANGROVE: TERRITORY AND LIFE BASED ON SOUNDS

ABSTRACT In this article, I use a situation experienced by myself and a crab friend with capuchin monkeys in the mangrove swamps of the Marine Extractive Reserve of the Parnaíba Delta as an ethnographic case. Departing from auditory experiences involved in the capture of the uçá crab, I reflect on the anthropological concept of territory in dialogue: 1) with the notion of soundscape and the criticism elaborated on it by Tim Ingold; 2) with the category of fishing territory, developed by fishing social movements. Thus, I activate the sounds to propose a territory approach based on the practical engagements of humans and non-humans with the environment.

KEYWORDS Soundscape. Territory. Mangrove. Burrow crabs.

INTRODUÇÃO

Um dia, enquanto eu estava distraído no mangue, macacos-prego (*Sapajus libidinosus*) ameaçaram roubar as cordas de caranguejo (*Ucides cordatus*) já capturadas por Querido (como Roberto Quelis do Nascimento Silva é conhecido em sua comunidade). Ele estava longe, sequer viu os macacos, mas os ouviu e me alertou sobre a presença deles. Querido é caranguejeiro, pude me engajar em suas atividades durante pesquisa de campo realizada no âmbito do meu doutorado em antropologia social. Foram doze meses de convivência (entre os anos de 2018 e 2020) com pescadores e caranguejeiros residentes na Área de Proteção Ambiental e na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (Piauí-Maranhão). Utilizei-me desse episódio com os macacos para refletir sobre como a noção de território pode dialogar com a ideia de paisagem sonora, a fim de percebermos a relação entre os sons e diferentes formas de vida (PITROU, 2015, 2016; FAGUNDES, 2019a, 2019b)

Adentrar os manguezais é não apenas se emaranhar nas densas raízes que crescem sob nossos pés, mas também se enredar nos fluxos de vida de centenas de seres (SILVEIRA, 2020; SOUTO, 2004). Essas florestas úmidas aqui abordadas crescem em regiões estuarinas, sob o encontro de águas fluviais e oceânicas. Estão sujeitas às constantes oscilações da maré e prosperam sobre um solo pobre em oxigênio, mas rico em matéria orgânica (VANUCCI, 2002; DAY JR., 2002; SCHAEFFER-NOVELLI, 2018). Não por acaso, os manguezais abrigam e fornecem nutrição para centenas de espécies aquáticas e terrestres – “um grande berçário”, como costumam apontar alguns cientistas. Os caranguejos, apesar de ganharem centralidade nas histórias que contarei aqui, estão conectados a uma série de outros viventes, inclusive humanos, que frequentam os manguezais em busca por alimento e renda.

Sob esse aspecto, esses locais passam a constituir territórios (GALLOIS, 2004; GODOI, 2016; LITTLE, 2002) para as diversas comunidades pesqueiras que com eles interagem. Mas como essas relações e engajamentos vão se constituindo? Como esses processos nos informam sobre a própria noção de território articulada na antropologia e por movimentos sociais da pesca (MPP, 2012)? Que camadas os barulhos ouvidos no mangue podem acrescentar a ideias como estas?

Minha ideia é explicar como os sons são indícios potentes da presença de certos seres em determinado ambiente. Antes de mim, outros pesquisadores já fizeram isso, sobretudo aqueles dedicados aos estudos sobre caça (GARCIA, 2018, 2019; TEIXEIRA, 2019). Pouca atenção, contudo, foi dada à categoria território como ferramenta conceitual. Assim, por um lado, o que pretendo aqui é discutir esses sons a partir das formas de vida (PITROU, 2015, 2016; FAGUNDES, 2019a, 2019b) a eles relacionadas. Por outro, inspirado em Ingold (2000, 2015) e Mello (2016), busco investigar os engajamentos perceptivos entre catadores de caranguejo e manguezais, de forma a lidar com a noção território para além de certos horizontes analíticos, ampliando-a.

Nesse sentido, tanto a ideia de paisagem sonora – grosso modo entendida como o conjunto de sons que compõem um ambiente – elaborada por Shafer (1994), bem como a crítica de Ingold (2015) a esse conceito foram essenciais na discussão que apresento aqui. Assim, constituo este texto a partir de, pelo menos, dois movimentos. O primeiro deles, inspirado em Tim Ingold, levou-me a encarar o processo perceptivo para além de um órgão sensorial específico. O segundo, propiciado pela experiência auditiva nos manguezais do Delta, na companhia de amigos caranguejeiros, pescadores e outros pesquisadores¹, trata da relação intrínseca entre território e vida nos mais variados planos, inclusive na esfera política através da categoria território pesqueiro (MPP, 2012). Vamos ao caso.

1 Integro um trabalho coletivo de investigação encampado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ-PE), sob coordenação de Pedro Silveira. Trata-se do projeto “Ecologia política da pesca de crustáceos em manguezais do nordeste”, que conta com diversos pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa desenvolvendo trabalhos em diferentes locais da costa nordestina brasileira.

PRESENCAS BRINCANTES

Choveu durante toda a noite anterior. Inverno. De manhã, ainda caíam alguns pingos. Querido me alertou do quanto seria difícil pegar caranguejos naquele dia. A chuva costuma empoçar o mangue, sobretudo em suas regiões mais baixas, o que dificulta a localização dos crustáceos. Pelo menos não teríamos tantos mosquitos, que costumam rarear depois de águas torrenciais. Com chuva ou sem chuva, os preparos são sempre os mesmos e, logo depois do café, fomos vestir nossas roupas, botas, luvas e dedeiras.

Levamos ainda uns cigarros de palha para o caso de sermos surpreendidos por nuvens de insetos. Querido prefere trabalhar sozinho ou com poucos parceiros. Pega sua canoa no porto e segue. Porém, naquele dia, o seu motor estava com problema e fomos para o porto esperar o bote de Zequinha. Na comunidade do Torto, situada na Ilha das Canárias – Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba –, esse patrão costuma recolher seus trabalhadores e deixá-los nos mangues onde deverão trabalhar.

No bote, o barulho da embarcação nos força a conversar gritando. Mas as palavras são poucas, uma brincadeira ou outra, diálogos gerais sobre onde cada um trabalhou nos últimos dias. Saber disso evita decidir parar em uma área já “pisada”, ou seja, anteriormente frequentada por outros caranguejeiros. Até aportarem, meus anfitriões fazem alguns reparos em seus materiais de trabalho, confeccionam as palhas de carnaúba (*Copernicia prunifera*) para amarrar os caranguejos, remendam os rasgos das suas calças e camisas. Apesar de se organizarem em grupo, o trabalho de cata é uma atividade relativamente solitária. No máximo, trabalha-se com três companheiros por perto. Caso contrário, corre-se o risco de ninguém pegar caranguejos a contento. De repente, Querido gritou: “vou ficar aqui”. Zequinha encostou o bote, e descemos na boca de um igarapé. Aos poucos, o ronco do motor foi ficando suave. Distante. Adentramos numa imensidão

“silenciosa” de raízes, perturbada pelo barulho de nossas botas a afundar na lama.

Só depois de um tempo naquele lugar, fui aprendendo a decifrar os sons do mangue. Acostumado aos ruídos de ruas e carros, o cantar dos pássaros e o barulho das ondas eram a expressão máxima de um silêncio tranquilo e monótono para mim. Querido seguia adiante. Eu ia logo atrás, apressando o passo, pois amarraria² seus caranguejos, e não podíamos nos distanciar tanto assim.

À medida que o dia avançava e minhas perguntas já não eram tantas, comecei a assobiar. Sou desses que se incomodam com a falta de palavras e procuram qualquer coisa para preencher o “vazio” – nem que seja com assobios. Querido me pediu para parar. Perguntei o motivo. Imaginei que estivesse atrapalhando sua concentração no momento da captura. Ele me disse que não, e apontou uma casa de maribondos bem próxima a nós: “assobiar chama maribondo”. Deveríamos ficar em silêncio ao menos enquanto estivéssemos por ali. Assim, permaneci e fui me dando conta de um mangue sensível a partir dos ouvidos, mas não só.

Querido, então, fez-me notar o barulho das árvores de mangue a balançarem, que a mim pareceu um ranger de portas desgastadas abrindo. Às vezes, uma ou outra árvore de mangue cai. Um barulho estrondoso, forte, seguido pelo farfalhar abrupto das folhas. Geralmente, não venta quando isso acontece.

— Sério? Que louco! – comentei ao saber

— É, eu não sei o que é – respondeu Querido – quando o vento está forte, as árvores balançam, mas não caem. É difícil. Elas só vão cair mesmo quando o tempo está assim, parado, sem vento.

Nada mais audível do que uma árvore de mangue caindo sobre as raízes. Talvez essa seja uma “zoada” extrema, brusca. A maioria dos sons que ouvia enquanto acompanhava Querido era mais ritmada, tinham certa cadência e era possível diferenciá-los, um a um, ainda que ocorressem juntos e indissociáveis. Uma po-

2 Logo depois de capturados, os caranguejos são amarrados em palhas de carnaúba. Uma ação técnica bastante elaborada que implica justapor quatro caranguejos em uma mesma palha, formando, assim, uma corda. Geralmente, é o próprio catador quem realiza essa atividade, mas, em alguns momentos, essa tarefa é delegada a caranguejeiros mais jovens ou inexperientes. Enquanto antropólogo-aprendiz, boa parte do meu aprendizado nos mangues se deu por meio dessa prática.

lifonia. De repente um gavião-pinhé, também conhecido como gavião carrapateiro (*Milvago chimachima*), passa com seu voo rasante e pousa bem próximo de nós, sobre um tronco seco de mangue morto. Ele parecia procurar por algo com os olhos atentos ao chão. De repente, desce e captura um pequeno crustáceo. O som do Gavião-pinhé não é o único que ouvimos. Há ainda os tons agudos e rápidos do gavião-galinha (*Rupornis magnirostris*), além do cantar dos periquitos do mangue, severinos e outros pássaros de pequeno porte. É no manguezal onde eles procuram alimento e abrigo. Presenças sonoras como essas costumavam me distrair a atenção, ainda que, em alguns momentos, eu devesse estar focado apenas nos caranguejos.

Querido precisaria se distanciar um pouco mais de mim e me deixou com a responsabilidade de olhar as cordas (acoplamento de quatro crustáceos e palha de carnaúba (*Copernicia prunifera*). Havia pelo menos uma dezena delas). Estávamos no inverno, tempo em que as árvores frutíferas da terra deixam de dar frutos, e os macacos-prego adentram os manguezais. Eles são considerados por alguns dos meus anfitriões como “os maiores bandidos do mangue” porque pegam caranguejos já capturados. É preciso estar atento, e, nesse dia, era eu quem estava na função de vigiar. Sem me dar conta, fui distraído pelos macacos. Levaram meu olhar para a copa das árvores, acompanhando suas brincadeiras e gritos. Querido, de longe, não enxergava a mim e tampouco os macacos, mas ouviu seus ruídos, movimentos e também meus risos. Levantou-se rápido do meio das raízes e gritou: “os caranguejos!”. Por pouco não dei um prejuízo para meu anfitrião. Enquanto eu observava os pequenos a brincarem, dois outros se aproximavam sorrateiramente para pegar os crustáceos. Surpreendidos por mim, correram!

Fiquei admirado com a capacidade de Querido – a metros de distância – em perceber os sons dos macacos e identificá-los. Aprendizado básico quando é preciso cuidar dos caranguejos já capturados e empreender a captura de outros. Momento no qual meu anfitrião se encontrava no mesmo nível do solo e com suas

possibilidades de ação bastante restritas.

Sua atenção, pelo menos para um observador externo, parecia estar focada unicamente no buraco do caranguejo, cuidando para decifrar os seus caminhos subterrâneos, encontrar o crustáceo e, enfim, posicioná-lo na mão, com destreza. Querido costumava deixar os olhos semifechados nessa hora, mas seu campo de atenção e ação – ainda que indireta – ia muito além dessa zona mais restrita da captura⁴.

4 Ainda que a questão da técnica (SAUT-CHUK, 2017) através esta narrativa, meu foco irá se centrar na dimensão auditiva da experiência de percorrer os mangues.

Com isso, fui aprendendo o quanto decifrar os sons do ambiente é, sobretudo, perceber a si mesmo em uma rede de relações com outros vivos e forças: seja a queda de uma árvore, a presença de macacos ou o canto dos pássaros. Habitar o mangue é se emaranhar em uma multiplicidade de formas de vida, muitas das quais eu nunca vi, por exemplo, mas fui aprendendo a decifrar seus sinais sonoros. Além de outros vivos, os sons são a expressão audível de uma série de eventos, como a maré enchendo. “Quando a gente está dentro do mangue, é como se estivesse com uma concha no ouvido. Fica fazendo esse barulho e a gente já sabe!” (Zito, caranguejeiro da cidade de Parnaíba – PI).

Porém, como pensar território a partir desses sons? O que eles nos dizem sobre práticas de conhecimento e a relação das pessoas com seus ambientes e outros vivos?

O PASSADO DE CANTOR E O DELTA DO PARNAÍBA

Querido tem 38 anos e começou na atividade de cata ainda criança, acompanhando seu pai. Nessa época, não capturava os crustáceos propriamente, apenas amarrava os caranguejos capturados pelo “*coroa*”. Demorou pelos menos uns sete anos até pegar caranguejo por conta própria, já no início da adolescência. A lida com os mangues e os rios, portanto, foi algo gestado desde cedo. Hoje, homem feito, ele trabalha para um dos atravessadores/patrões da sua comunidade, mas também pega caranguejos por encomenda. Além disso, faz bicos de garçom no restaurante

do sogro e, quando mais jovem, chegou a ser vocalista de uma banda de forró junto a alguns amigos também pescadores e carangueiros. Não foi por acaso, portanto, que Querido me fez atentar para os barulhos do mangue logo em nossas primeiras conversas. Principalmente porque notei a potência da sua projeção vocal ao chamar seus parceiros no mangue ou cantarolar uma música ou outra enquanto trabalhava.

— Cara, que voz!

— Eu sou cantor – comentou com um risinho entredentes.

Conversávamos muito sobre esse tempo em que ele fazia shows pelas comunidades do Delta. Na região, há mais de setenta ilhas, dentre elas, uma das habitadas também por humanos é a ilha das Canárias, onde Querido mora. Ela agrega cinco comunidades – Torto, Passarinho, Caiçara, Morro do Meio e Canárias. Era por esses lugares e suas imediações que Querido se aventurava com seus amigos, cantando e tocando brega, forró, sertanejo e *reggae*. A banda acabou quando o dono dos instrumentos (teclado, baixo e bateria) emigrou para o sudeste do Brasil. Querido lembra com afeto desse tempo. Hoje não é raro que lhe convidem para animar quadrilhas ou gritar pedras de bingos.

“Sou carangueiro, mas se me perguntassem, assim, com o que eu queria trabalhar mesmo, respondo na hora: cantor!”. Querido nasceu no Piauí e, assim como vários homens e mulheres da região, sua trajetória de vida confunde-se com os ritmos e fluxos hídricos do Parnaíba. Rio que percorre cerca de mil e quinhentos quilômetros até chegar ao Oceano Atlântico e situa-se entre os estados do Piauí e do Maranhão, em uma região denominada “Meio Norte”: transição entre o semiárido nordestino e a floresta amazônica.

Sua desembocadura origina o Delta do Parnaíba, o único das Américas localizado em mar aberto e um dos três maiores do mundo em extensão, juntamente com os deltas do rio Nilo, no Egito, e Mekong, no Vietnam (FARIAS *et. al*, 2015). O Delta do Parnaíba é um arquipélago composto por – paisagens de du-

nas, praias, manguezais, lagoas, e rios, com cerca de 2.700 km² de área.

Além da complexidade de ilhas e corpos hídricos formados no encontro das águas do Parnaíba com o Oceano Atlântico, há de destacar a rica diversidade animal e vegetal presente na região. Adentrando as ilhas, observa-se ainda uma vegetação de restinga, composta por muricis (*Byrsonima crassifolia*), carnaúbas, vassourinhas (*Ouratea hexasperma*), guajirus (*Chrysobalanus icaco*), cactáceas e uma diversidade de plantas arbustivas. Ostras (*Crassostrea rhizophorae*), siris (*Callinectes danae*), caranguejos-uçás (*Ucides Cordatus*), bagres (*Cathorops spixii*), raias (*Dasyatis guttata*), camurins (*Centropomus umdecimalis*), tainhas (*Mugil trichodon*) e sururus (*Mella charruana*) – dentre uma infinidade de outras espécies – compõem a diversidade de seres aquáticos presentes localmente. Nos manguezais, boa parte desses viventes se alimenta e se reproduz, constituindo-se na base de diversos ecossistemas costeiros e marinhos. Alguns seres ali presentes são reconhecíveis por meio dos sons que emitem.

Nesse aspecto, os manguezais não são tão diferentes de outras florestas. Diferentes pesquisadores já se debruçaram sobre a percepção sonora do ambiente ao se enredarem nos mundos vividos por seus interlocutores (GELL, 1999, INGOLD, 2008). No que diz respeito a povos caçadores, isso ganha ainda mais centralidade. Uirá García (2018, 2019), por exemplo, descreve o lugar dos sons na caça do bugio (*Alouatta belzebul*) entre os indígenas Awa-Gujá, na Amazônia, noroeste do estado brasileiro do Maranhão. Caçar os bugios se confunde com sair para escutá-los (GARCÍA, 2019). Esses primatas emitem barulhos – “canto” para os Guajá e “vociferações” para biólogos – por meio dos quais os indígenas conseguem inferir se se trata de macho ou fêmea, qual a idade, o tamanho e até mesmo a quantidade de indivíduos presentes no bando. A presença dos bugios, bem como suas características físicas são, literalmente, os sons emitidos por eles.

Há pouca profundidade de campo na floresta, argumenta García (2019, p. 1). Os diferentes tons das folhas e galhos de árvores, troncos e alterações no relevo impedem uma vista ampla e capaz de devassar todo o espaço em um único lance de olhos. O campo de visão é bastante limitado e, nesse contexto, a audição é essencial ao simples ato de se locomover e ter acesso a seres que, de outra forma, sequer seriam notados. Algo extremamente necessário nas práticas de caça. Assim, “os sons da floresta revelam o que a visão esconde” (GARCIA, 2019, p. 4). A caça do bugio, longe de ser algo explicado através da fala, trata-se de uma ação que envolve urros, gemidos, gritos e silêncios. Eduardo Kohn (2013), antropólogo com trabalho de campo entre os Runa, no Equador, também nos indica uma proeminência e maior confiabilidade dos sinais sonoros em detrimento dos visuais no ambiente da floresta.

Em nossas conversas depois do mangue, Querido me fazia notar o quanto se enredar pelo *raizal* (manguezal) exige uma atenção auditiva a uma multiplicidade de seres. Os sons, ao passo que tornam certas presenças reconhecíveis para nós humanos, também nos tornam vulneráveis a companhias hostis – como a dos maribondos, potencialmente alvoroçados com meus asso-bios.

Os sons, portanto, foram o modo de aproximação (e relação) entre Querido, os macacos-prego e eu. O mangue em sua infinidade de barulhos.

SONS E PAISAGENS

Preocupado em atentar para os sons dos mais variados ambientes, o músico e pesquisador canadense Murray Schafer elaborou a noção de paisagem sonora (SCHAFER, 1994). Também nomeada como “ambiente acústico”, essa expressão diz respeito aos sons que compõem determinado espaço, seja uma grande cidade, uma sala de aula ou uma comunidade ribeirinha. Scha-

fer foi pioneiro nessa iniciativa e, entre os anos de 1973 e 1974, produziu programas de rádio intitulados *Soundscapes of Canada* e chegou a visitar diversos vilarejos europeus a fim de registrar seus ambientes sonoros. Ação mundialmente conhecida como *World Soundscape Project* (ARAGÃO, 2019).

Ao discutir o conceito de paisagem sonora, Ingold (2015) reconhece o mérito dessa categoria em chamar atenção para outros registros sensoriais além da visão. Contudo, levando a noção às últimas consequências, ele afirma o quanto essa categoria fornece uma compreensão de mundo pautada apenas em suas formas acústicas. Isso nos faria, ao fim e ao cabo, perder a dimensão do som enquanto meio no qual se ouve, não sendo exatamente aquilo que se ouve. Ele elabora, então, quatro objeções ao conceito:

1. Não experienciamos o mundo recortado através de pistas sensoriais isoladas. No lugar disso, afirma Ingold (2015, p. 206), entramos em contato com ele “como um centro indiviso de movimento e consciência”; ou seja, não há uma compartimentalização perceptiva da experiência vivida. O conceito de paisagem, sem adjetivos, é um exemplo poderoso disso, uma vez que não está vinculado a um registro sensorial específico. Na prática perceptiva, portanto, não há uma divisão entre os sentidos. Assim, conclui ele, a paisagem é visível, não visual; audível e não auditiva, algo que somente se tornaria caso todas as outras dimensões sensoriais fossem apartadas da experiência. Somente com gravações tal fato é possível.
2. “Os ouvidos [...] são órgãos de observação, e não instrumentos de reprodução” (INGOLD, 2015, p. 207). Eles, assim, seriam parte de um engajamento prático e direto com o mundo, não um órgão que nos ajuda a reproduzir esquemas mentais a respeito dele. Assim, longe de

acessar um mundo rigidamente definido *a priori*, ouvir é interagir com o que se ouve, o que se faz à medida que nos movimentamos. Algo ancorado na relação entre as capacidades perceptivas do ouvinte e aquilo disponível para a audição. A capacidade auditiva, portanto, não pode ser resumida a um aspecto inerente às gravações, isto é, à escuta de um som previamente gravado e reproduzido em um ambiente livre de qualquer outro estímulo sensorial.

3. Inspirado pela fenomenologia de Merleau-Ponty, Ingold argumenta que o som não é nem mental nem material, mas um fenômeno da experiência, ou seja, algo que tem a ver com “a nossa imersão no, e mistura com o mundo em que nos encontramos” (INGOLD, 2015, p. 208). Assim, o som não seria o que ouvimos, mas o meio no qual ouvimos. Ao passo que a noção de paisagem sonora entende o som como objeto da percepção, Ingold entende-o como aquilo *em* que ouvimos. Nós não perceberíamos o som em si mesmo, mas coisas através do som. Da mesma forma que não vemos a luz, mas os objetos banhados pela luz. A noção de paisagem sonora, desta forma, faria tão pouco sentido quanto uma de “paisagem luminosa”.
4. Por fim, em uma espécie de síntese dos seus argumentos anteriores, a quarta objeção de Ingold ao conceito de paisagem sonora destaca o fato de a ideia de paisagem apontar para as “superfícies do mundo” (INGOLD, 2015, p. 209). Som, ao contrário, seria antes o meio (ou fluxo) no qual existimos e nos movemos. Segundo ele, não ouviríamos a chuva, mas na chuva, por exemplo.

As críticas de Ingold caminham junto de seus desenvolvimentos teóricos mais amplos a respeito das relações entre “natu-

reza” e “cultura”, corpo e mente, organismo e ambiente. Bastante inspirado pela psicologia ecológica de Gibson (1986), ele rompe com a ideia de que nosso acesso ao mundo é mediado por um conjunto de representações culturais: modelos inculcados mentalmente e transmitidos de geração em geração. Assim o mundo seria apenas um cenário no qual os humanos projetariam esquemas simbólicos que, no fundo, teriam pouca ou nenhuma relação com o meio em si e mais com padrões mentais aprendidos através da cultura. A “natureza” – real – seria, então, campo do estudo de físicos, químicos e biólogos, cabendo às ciências humanas a investigação das múltiplas formas pelas quais ela seria percebida.

Para Ingold (2000; 2008), o acesso dos humanos ao mundo se dá de forma direta, isto é, não é mediado por esquemas previamente adquiridos. Trata-se – longe disso – de um engajamento prático com o mundo, seus materiais e tudo aquilo que ele propicia aos organismos. O lugar das gerações anteriores, nesse contexto, teria muito mais relação com guiar as gerações futuras em suas próprias descobertas do que lhes repassar fórmulas prontas de aprendizado sobre o meio, o que se daria, por sua vez, no transcorrer das ações cotidianas do sujeito em ambientes particulares. Pensar uma natureza abstrata, portanto, seria conceber o mundo a partir de um ponto de vista externo a ele, mas não só. Seria ainda aceitar a divisão entre mente e corpo amplamente difundida na modernidade e da qual o pensamento antropológico também se faz/fez gregário.

Constituir habilidades no mundo – sejam elas físicas, auditivas, motoras etc – ocorreria por meio de um engajamento do organismo como um todo em seu ambiente, não apenas da sua mente, ou desse, ou daquele sentido ou parte do corpo (INGOLD, 2000). Assim – ao criticar o conceito de paisagem sonora –, penso que Ingold realiza um deslocamento crucial. Ele nos desvia o foco dos ouvidos para toda a rede de relações que envolve os entes nos fluxos do meio, uma vez que, logo em sua primeira objeção, ele nega que percebamos o mundo através do que

chamarei de “esquartejamento sensorial”. O direcionamento de nossas percepções para este ou aquele registro sensorial somente se faz possível no momento em que nosso acesso ao mundo é mediado por instâncias técnico-artísticas, como quando ouvimos o famoso “Canto de aves do Brasil”, gravado por Johan Frish, por exemplo.

Tanto na primeira como na terceira objeção, Ingold destaca uma ação de suma importância em todo e qualquer ato perceptivo: o movimento. Ao lidarmos com o som, isso se torna ainda mais crucial. Envolver-se nele, longe de se posicionar em um lugar fixo, é, sobretudo, segui-lo, acompanhar seu movimento sinuoso em torno das coisas, dos viventes, dos fenômenos do mundo. O som não tem uma “localização fixa dentro” de algo (INGOLD, 2015, p.2010): ele flui, movimenta-se (INGOLD, 2015, p. 210). As vocalizações emitidas por macacos-prego são tão voláteis e fugidias quanto suas presenças brincantes nas árvores de mangue. Por estar distraído com eles, conforme narrei acima, meus movimentos corporais acompanhavam suas subidas, descidas e pulos, caso quisesse continuar a ouvi-los assobiar, pular e bater na madeira. Sons que se irradiaram pelo mangue até chegarem ao Querido. Ele, mesmo com seu campo de ação parcialmente restrito à galeria do caranguejo que capturava, percebeu as aproximações indesejadas dos pequenos primatas.

Querido sequer chegou a vê-los, mas sabia de vários indícios que alertavam acerca de suas presenças. Estávamos no inverno, período no qual as árvores frutíferas da terra deixam de dar frutos. Mangas, cajus, muricis e puçás, comidas bastante apreciadas pelos macacos-prego, só germinariam no terceiro ou quarto mês do verão que, no Delta, compreende os meses de julho a meados de dezembro. Nessa época de abundância, os macacos costumam abandonar as áreas de mangue e ficam restritos aos quintais e às matas próximas às casas. Nesse momento, Querido e outros caranguejeiros não se preocupam tanto com eles e se desligam (ainda que não muito) das cordas já capturadas. No inverno, como observamos, a situação muda: a dieta do macaco-prego passa a

incluir caranguejos e ostras com maior frequência. É preciso ficar atento. Principalmente, se você decide pegar caranguejos em manguezais conectados ao continente, ou seja, facilmente acessível aos macacos. Nos mangues situados em ilhas, eles não costumam aparecer.

O estado de alerta aos macacos, portanto, tem relação não apenas com os barulhos emitidos por eles, mas com um engajamento total de Querido com seu ambiente, o que envolve conhecimento dos ritmos ecológicos locais e dos próprios hábitos alimentares e comportamentais dos pequenos. Os ruídos e pancadas na madeira emitidas pelos macacos podem ser lidos, em última instância, como uma expressão acústica das vidas que pulsam no território. Querido, seus parentes e amigos – inclusive eu – somente temos acesso a esses fluxos e linhas de vida a partir das nossas caminhadas e experiências ali. Pensar o território é pensar as vidas constituídas por meio das relações estabelecidas nele. Os sons de macacos e aves dão pistas analíticas para uma abordagem do território a partir dos sons e, por isso mesmo, das formas de vida e engajamentos que o compõem.

AS MULTIPLICIDADES DO TERRITÓRIO

A noção de território, entre outras coisas, está intimamente relacionada às lutas encampadas por grupos diversos na garantia de seus direitos territoriais frente ao Estado-nação (OLIVEIRA, 1998; ENTRETERRAS, 2017). Coletivos humanos culturalmente diferenciados – grosso modo reconhecidos como indígenas, quilombolas e povos tradicionais – estabelecem territórios a partir de suas práticas cotidianas de uso, controle e ocupação dos seus ambientes biofísicos (LITTLE, 2002). Assim, o território se constituiria, conforme também assinala Godoi (2016), por meio de um processo ativo de atribuição de significados coletivos a uma parcela específica do espaço, o que, não raro, dá-se em um campo assimétrico de forças e poder.

Para Cecília Mello (2016), a noção de território, da forma como tem sido trabalhada na antropologia, carrega ainda resquícios de um certo naturalismo. Isso porque, grosso modo, território seria visto como uma base natural sobre a qual são erigidas representações sociais (MELLO, 2016, p. 60). De um lado, portanto, teríamos um estrato biofísico – domínio das ciências naturais – e, do outro, construções históricas e socioculturais – assunto, por excelência, de antropólogos e outros profissionais das humanidades. Ao acompanhar pescadores, catadores de caranguejo e marisqueiros do sul da Bahia, a autora propõe “suspendermos” (MELLO, 2016, p. 70) a categoria território, isto é, não a tomar como um dado *a priori* da análise. Porém, não para negá-la, mas, sim, para ampliá-la por meio dos múltiplos caminhos, trajetos e engajamentos das pessoas com o mundo.

Seguindo os interlocutores em suas múltiplas formas de relação com o manguezal, Mello (2016, p. 61) propõe a construção de uma cartografia “não fundada no primado naturalizante do território biofísico” e, tampouco, na percepção do território como base natural de representações simbólicas. A inspiração em Tim Ingold (2000), citado acima na discussão sobre paisagem sonora é explícita. A autora, então, realiza uma inflexão parecida ao tematizar a noção de território: seu foco está nos engajamentos e nos constantes movimentos dos sujeitos em suas práticas cotidianas.

Assim, ao falar dos sons nos manguezais do Delta, minha intenção é menos discutir o que território é ou deixa de ser e mais embarcar nas experiências sensoriais dos caranguejeiros ao se relacionarem com o ambiente. Ao fazer essa escolha, não quero deixar de lado noção de território, mas, primeiro, dar a ela outros contornos e, depois, perceber diferentes modos como tem sido agenciada.

Há, portanto, o território 1) como conceito antropológico fortemente embasado na ideia de “representação social” e suas formas de conceber as relações entre “mundo natural” e “social”;

2) como conceito aberto aos engajamentos dos organismos-pessoas com o ambiente, fortemente inspirado nas reflexões de Tim Ingold a respeito da dicotomia natureza/cultura; 3) como construto geopolítico e categoria central na luta de diversos movimentos sociais de comunidades e grupos culturalmente diferenciados e, por fim, 4) como lugar de emergência das mais diversas formas de vida, humanas e não humanas. Enquanto as duas primeiras concepções se relacionam mais diretamente a questões caras ao pensamento antropológico, as duas últimas se conectam às articulações feitas por indígenas, quilombolas, pescadores e outros coletivos nas lutas em defesa dos seus territórios (BISPO, 2015; CARDOSO, 2018; FERREIRA e FELÍCIO, 2021).

Evidente está que as quatro concepções articuladas acima não são estanques e, tampouco, autoexcludentes. As elaborações de povos indígenas, quilombolas, pescadores, etc., foram (e são) essenciais nas reflexões antropológicas a respeito das noções de terra e território, assim como o conhecimento produzido na antropologia a respeito dessas questões tem, historicamente, resvalado na arena pública (ENTRETERRAS, 2017). Faço essa distinção apenas para ressaltar o quanto a noção de vida é essencial nas práticas políticas, existenciais e territoriais dos movimentos sociais da pesca, entre vários outros, conforme veremos adiante.

Galois (2004), por exemplo, comenta os ruídos de tradução entre “território” – da forma como acionado pelo Estado nos processos de demarcação – e categorias indígenas para se referirem aos seus ambientes vividos. Na sua experiência com o povo indígena Zo'é, a palavra *kore* fornece novos sentidos ao “território”. Ela diz respeito a noções como “modo de vida”, “bem viver”, “qualidade de vida”, envolve, para além de uma terra delimitada, condições ecológicas, ambientais e materiais. Não é por uma eventualidade que trago esse caso. Ele mostra de maneira inescapável a relação entre um lugar no mundo e a possibilidade de existir.

No âmbito de comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, a luta por condições mínimas de existência e vida tem se traduzido na esfera política pela noção de “território pesqueiro”, categoria definida pelos movimentos sociais da pesca como:

espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. [...] O território envolve as áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo (MPP, 2012, p. 20).

A definição elaborada acima, juntamente com as reflexões trazidas pelos Zo'é, aponta para, pelo menos, duas dimensões da noção de território pesqueiro. Uma está relacionada ao território como categoria geopolítica e, portanto, ligada ao domínio de certo perímetro de terra, e outra que refere-se a um “território existencial” (ENTRETERAS, 2017, p. 25; GUATTARI, 1990) resultado de ações constantes e repetidas no espaço e propiciador da própria vida dos sujeitos que o habitam.

Ao passo em que reivindicam uma extensão territorial capaz de abarcar rios, mares, mangues, áreas costeiras, moradias, caminhos etc., pescadores e pescadoras artesanais lutam para que eles/elas, outros viventes e seus ambientes continuem existindo.

VIDA E TERRITÓRIO: INCURSÕES ACÚSTICAS

4 A campanha do território pesqueiro, lançada em junho de 2012, trata-se de um projeto de lei de iniciativa popular elaborado pelos movimentos sociais da pesca e propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Para mais informações conferir: <http://peloterritorio-pesqueiro.blogspot.com/>. Último acesso em: 20/01/2021.

A garantia do território pesqueiro – expressa na aprovação do projeto de lei⁴ que o reivindica – aparece diretamente vinculada à proteção de diversas formas de existência. “Um passo importante na defesa da vida das comunidades pesqueiras e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (MPP, 2012, p. 4), o texto apresenta ainda a garantia de “diversos modos de ser e de viver” (MPP, 2012, p. 11), que proporcionam a “reprodução física e cultural dos pescadores e pescadoras” (MPP, 2012, p. 20). Vida, nesse sentido, informa algo não apenas sobre os humanos pescadores e pescadoras, mas sobre um conjunto de seres que têm suas trajetórias emaranhadas. Engloba também as maneiras como viventes, ventos e marés se relacionam e, assim, constituem-se mutuamente.

O território pesqueiro, dessa forma, longe de ser algo dado de início, vai se fazendo a partir das interações entre humanos, não humanos e os diversos ambientes que o constituem. As experiências perceptivas no mangue com meus anfitriões, por exemplo, ensinam como o ato de capturar crustáceos se expande para além das interações mais circunscritas do caranguejeiro com o crustáceo. É preciso atentar-se para uma multiplicidade de outros aspectos, como o movimento das marés, a fim de guiar seus momentos de entrada e saída no *raizal*. Além disso, convém considerar que macacos-prego também costumam frequentar os mangues para se alimentar de caranguejos, principalmente, no inverno, o que nos remete para a capacidade dos manguezais em nutrir diferentes seres.

Nesse aspecto, os manguezais aparecem juntos a uma diversidade de outros ambientes – como rios, lagoas, praias e vargens – capazes de propiciar “diversos modos de ser e de viver” (MPP, 2012, p. 11) por conta de seu poder de, en-

tre outras coisas, fornecer animais e vegetais passíveis de serem convertidos em comida, não apenas para humanos.

Nas conversas com Querido e outros pescadores e pescadoras do Delta, uma frase era recorrente: “aqui só passa fome quem quer”. Longe de responsabilizar (ou culpar) as pessoas por garantirem ou não seu alimento, essa expressão era seguida de diversas histórias e exemplos que destacavam a fartura da região. Os peixes em abundância tanto nos rios quanto no mar e nas lagoas, as ostras, as frutas presentes em determinadas épocas do ano, o mel produzido por diferentes espécies de abelhas e, por fim, a grande quantidade de caranguejos nos mangues. A riqueza da região era traduzida em sua capacidade de gerar alimentos e, assim, assegurar a vida dos pescadores e suas famílias.

Questões envolvendo segurança e autonomia alimentar, portanto, são de imediato destacadas como indícios de fluxos vitais a circulararem e constituírem o território. Nesse contexto, falar de comida é também falar de múltiplas possibilidades de existências. São viventes que se movimentam pelo ambiente, apresentam comportamentos específicos, costumam se alimentar de certos elementos, mas não de outros. São sempre sujeitos a se relacionar entre si em uma complexa malha (INGOLD, 2015), como os caranguejos, que – ao passo em que se alimentam de folhas, pedaços de raízes e matéria orgânica em decomposição – também são considerados bichos espertos, cheios de artimanhas e, ao mesmo tempo, compartilham o fato de serem a refeição preferida dos macacos-prego durante o inverno.

É nesse sentido que os barulhos emitidos por pequenos primatas, aves, crustáceos e até pela própria maré são aqui entendidos como expressão de vidas e processos vitais pulsantes no território. Os sons ouvidos por mim e Querido no mangue são indícios de uma vida compartilhada com outros

Os sons dizem ainda sobre as territorialidades efêmeras constituídas no mangue, durante um dia de captura. Pegar caranguejos, como havia dito anteriormente, é um trabalho solitário, apesar de meus parceiros se organizarem em turmas para

irem ao mangue. Isso porque, uma vez no raizal, cada um (ou cada dupla) procura seu rumo. Marcas de bota deixadas no chão são pistas importantes para caranguejeiros decidirem ou não trabalhar em uma ponta de mangue. Lugar muito *pisado* significa buracos de caranguejo já revirados e, portanto, esvaziados por outros. Inútil se demorar em áreas assim.

Caminhando com Querido e outros anfitriões percebi o quanto eles se baseavam – ainda – nos ruídos emitidos pelos companheiros a fim de guiarem suas movimentações. Ao ouvir alguém se mexendo em uma região próxima, Querido evitava chegar perto e se deslocava no sentido oposto. Assim, ao se propagarem acusticamente no mangue através de suas vozes, caminhadas e demais movimentos, os caranguejeiros criam, em torno de si, os campos de ação no qual se encontram. Para bom entendedor, meio barulho basta. Caranguejeiros – experientes e novatos – sequer se aproximam dessa área (sonora) e saem na busca de outras.

Oliveira e Maneschky (2014), em pesquisa junto a caranguejeiros e manguezais no município de Bragança (Pará), debruçaram-se sobre os diferentes acordos (muitos deles tácitos) entre os catadores a respeito dos usos do manguezal. De maneira geral, caranguejeiros de diferentes localidades do Brasil são unânimes em ressaltar os mangues como locais de livre acesso a todos. Um ambiente sem qualquer impedimento para quem quer que decida (ou precise) nele se aventurar em busca de renda e alimento (SILVEIRA e BUTI, 2020; COELHO PEREIRA e SILVEIRA, 2021; ICMBIO, 2016; OLIVEIRA e MANESCHY, 2014). A percepção dos manguezais como um lugar livre e de todos, porém, convive com divisões cotidianas desse espaço quando diferentes caranguejeiros estão presentes.

Se, por um lado, o “mangal é de todo mundo”, por outro, “o mangal é de quem chegar primeiro” (OLIVEIRA e MANESCHY, 2014, p. 137). Os autores, então, descrevem que, paralelamente aos usos do território de maneira mais ampla, há ainda territorialidades rápidas e voláteis, isto é, “formas institucionalizadas de

apropriação e regulação de acesso” (OLIVEIRA e MANESCHY, 2014, p. 138) ao mangue acionadas pela presença dos catadores. No Delta, fato semelhante ocorre: grupos muito extensos trabalhando em uma mesma área é algo a ser evitado. Caso contrário, as chances de ninguém conseguir pegar crustáceos a contento são altíssimas. Um prejuízo, falavam-me meus amigos, pois se trabalha muito sem que se pegue pelo menos onze cordas (44 caranguejos), o mínimo para um dia normal de trabalho.

As pisadas na lama, como também destacado por Maneschy e Oliveira (2014), são bons indícios para saber se uma área já está sendo (ou foi) trabalhada, mas não são os únicos. Meu argumento é de que os barulhos, ruídos e silêncios são essenciais às formas de relação dos caranguejeiros com o ambiente. O som, ao indicar formas de uso e movimentação no mangue, revela a constituição de territorialidades voláteis e cambiantes: zonas de movimento e percepção de um caranguejeiro no curto tempo em que sua presença se faz audível ali (ainda que não seja visto). Barulhos, portanto, ao serem pensados na perspectiva do território, apontam para os viventes (humanos ou não) presentes nos arredores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Você deve ter percebido que, na verdade, usei o som como ferramenta heurística (e narrativa) para discutir vida e território. Por isso mesmo, aproximei-me de Ingold (2015) em sua crítica ao conceito de paisagem sonora, elaborado por Schafer (1994). Se, por um lado, a ideia de paisagem sonora desenvolvida por Murray Shafer tem por mérito chamar atenção para outros registros sensoriais que não a visão, por outro, ela parece pouco atenta às relações mais amplas que envolvem o sujeito perceptivo e o meio que o circunda. Assim, como bem comenta a pesquisadora Thaís Aragão (2019), Ingold não realiza uma completa rejeição ao conceito, mas sinaliza suas fragilidades e aponta outros desdobramentos. O mais profícuo, a meu ver, reside no fato

de deslocar nossa atenção de um órgão sensorial específico e nos direcionar para o engajamento de todo o organismo-pessoa em seu ambiente.

A escuta, assim, deixa de ser um ato passivo de captura dos estímulos do meio e passa a ser considerada parte de um movimento perceptivo mais amplo. Um ato que, longe de ser algo puramente receptivo e restrito aos ouvidos, envolve uma relação direta com o meio através de movimentos de ação e percepção. Ouvir, no caso apresentado aqui, refere-se a interações com o próprio território, seus caminhos e seres que o habitam. Assim, escutar envolve um aprendizado das formas de vida presentes localmente, seus hábitos e andanças; informa-nos, ainda, sobre os cuidados a serem tomados com relação a elas, pois desconsiderar os sons emitidos por macacos é correr o risco de perder caranguejos já capturados.

Ouvir é também orientar os momentos de entrada e saída do mangue a depender do barulho da maré. Deste modo, não se trata de uma experiência sensorial restrita, mas difusa, aberta, englobante e em constante movimentação. Assim, pensar os sons a partir do território é pensar processos perceptivos para além de um órgão sensorial específico.

Inversamente, pensar o território por meio dos seus sons é abrir-se para perceber os diferentes viventes em suas relações com o ambiente e os múltiplos processos que propiciam a emergência das mais variadas formas de vida. Inspirado em Mello (2016), portanto, minha intenção foi ampliar a discussão antropológica a respeito do território a fim de percebê-lo como fruto de engajamentos práticos e perceptivos. Algo que se conecta não apenas com o território como categoria da luta política de povos e comunidades tradicionais, mas, ainda, como lugar de emergência da vida, levando a sério a proposta política e vital da noção de território pesqueiro.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Thais Amorim. Paisagem sonora como conceito: tudo ou nada?. *Revista Música Hodie*, v.19, e53417, p. 1-17, 2019.
- BISPO, Antônio. *Colonização e quilombos: modos e significados*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.
- CARDOSO, Thiago Mota. *Paisagens em transe: ecologia da vida e cosmopolítica Pataxó no Monte Pascoal*. Brasília: IEB; Mil Folhas, 2018.
- COELHO PEREIRA, Lucas; SILVEIRA, Pedro. Humanos e caranguejos nos manguezais do Delta do Parnaíba: histórias da paisagem. *Revista Antropológicas*, v. 32 (1), p. 1 – 36, 2021.
- DAY JR., John W. *et al. Estuarine Ecology*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2013.
- ENTRETERRAS, vol. 1, n. 1, Brasília, junho de 2017.
- FAGUNDES, Guilherme Moura. *Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do cerrado*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2019a.
- FAGUNDES, Guilherme Moura. Fire normativities: environmental conservation and quilombola forms of life in the Brazilian savanna. *Vibrant*, v. 16, p. 1 – 22, 2019b.
- FARIAS, Alessandra Cristina da Silva *et al. Cadeia produtiva da pesca no interior do Delta do Parnaíba e are a marinha adjacente*. Fortaleza: Editora RDS, 2015.
- FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?”. In: RICARDO, Fany (org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições*

territoriais. Instituto Socioambiental: São Paulo, 2004.

GARCIA, Uirá. Macacos também choram, ou esboço para um conceito ameríndio de espécie. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 179-204, abril 2018.

GARCIA, Uirá. Além do que se vê: ecologias do som e do silêncio. *Revista Coletiva*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ, n.8, p. 1-8, 2019.

GELL, Alfred. The Language of the Forest: landscape and phonological iconism in Umeda. In: *The Art of Anthropology: Essays and Diagrams*. London: Berg, 1999, p. 232-258.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. New York: Psychology Press, 1986.

GODOI, Emilia Pietrafesa. Territorialidade. In: SANSONE, L; FURTADO, C.A. (Orgs.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA; ABA Publicações, 2016, p. 443-452.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1990.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de gestão para extração do caranguejo-uçá. *Reserva Extrativista no Delta do Parnaíba*. Parnaíba: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2016.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. *Ponto Urbe* [Online], 3, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1925>. Último acesso em: 10/09/2021

KOHN, Eduardo. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press, 2013.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Série Antropologia, 322, UnB, 2002.

MELLO, Cecília Campelo do Amaral. O empresário, a ong, os marisqueiros, a criança: um estudo de caso sobre a variação de sentidos de um manguezal em disputa. *Revista de Antropologia*. São Paulo, Online, 59(2): p. 59-85, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121933/120081>. Último acesso em: 12/02/2022

MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. Cartilha: *Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre o Território Pesqueiro*, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4(1), 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale, MANESCHY, Maria Cristina. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 129-143, 2014.

PITROU, Perig. Life as a process of making in the Mixe Highlands (Oaxaca, Mexico): towards a general pragmatics of life. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 21 (1), p. 86-105, 2015.

PITROU, Perig. Ação ritual, mito, figuração: imbricação de processos vitais e técnicos na Mesoamérica e nas terras baixas da América do Sul (Introdução). *Revista de Antropologia*, 59, 1, p. 6-32, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/116911>. Último acesso em: 7 abr. 2022.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Org.). *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações. 2017.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. A diversidade do ecossistema manguezal. In: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Ed.) *Atlas dos Manguezais do Brasil*, Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, p. 21-54, 2018.

SCHAFER, Raymond Murray. *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world*. New York: Knopf, 1994.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; BUTI, Rafael Palermo. A vida e a morte dos guaiamuns: antropologia nos limites dos manguezais. *Anuário Antropológico*, n. 45, v. 1, p. 117-148, 2020.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Caminhando pelos manguezais do fim do mundo. *ClimaCom – Florestas* [Online], Campinas, ano 7, n. 17, jun. 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/caminhando-pelos-manguezais-do-fim-do-mundo-pedro-castelo-branco-silveira/>. Último acesso em: 09/01/2021.

SOUTO, Francisco José. *A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues. *Caçando na mata branca: conhecimento, movimento e ética no sertão cearense*. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VANUCCI, Marta. *Os manguezais e nós: uma síntese de percepções*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LUCAS COELHO PEREIRA – Doutor em Antropologia Social (UnB). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica (LACT/UnB). E-mail: lucascoelhoperreira@gmail.com.